



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681440 - SC (2021/0227083-9)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DIEGO CORREA PACHECO  
**ADVOGADO** : DIEGO CORRÊA PACHECO - SC053288  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : KAUANA CRISTINA DE OLIVEIRA VENANCIO (PRESO)  
**CORRÉU** : PETERSON MIGUEL SOUZA ROZINI  
**CORRÉU** : JAIR DA SILVA JUNIOR  
**CORRÉU** : JONATHAN RICARDO PAULO  
**CORRÉU** : NATALI AMANDA DE CARVALHO VIEIRA  
**CORRÉU** : LUIZ FELIPE DA SILVA LOCH  
**CORRÉU** : SERGIO CESAR DE MELO JUNIOR  
**CORRÉU** : PEDRO HENZEL NETO  
**CORRÉU** : JOSE LUIZ DE SOUZA  
**CORRÉU** : EMERSON RODRIGO MARAFIGO  
**CORRÉU** : KARLA CRISTINA FERREIRA  
**CORRÉU** : KALU LUANA FERREIRA  
**CORRÉU** : GUILHERME DE OLIVEIRA ALMEIDA  
**CORRÉU** : DEIVIDI LOURENÇO RAINI  
**CORRÉU** : GABRIEL DAVIO OLSEN KIENEN  
**CORRÉU** : GUSTAVO PALMA MACHADO  
**CORRÉU** : RAISSA FERNANDES  
**CORRÉU** : FERNANDO HENRIQUE DE MORAES  
**CORRÉU** : JUCIEL DOS REIS JUNIOR  
**CORRÉU** : LETICIA INGRIDI FERNANDES  
**CORRÉU** : JULIANA MORAES FRAGA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAUANA CRISTINA DE OLIVEIRA VENÂNCIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5030767-58.2021.8.24.0000/SC).

A paciente teve sua prisão preventiva decretada por integrar, em tese, organização criminosa voltada à fabricação e à venda de drogas sintéticas, condutas previstas no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 2º da Lei n. 12.850/2013.

Formulado pedido de revogação da prisão ou de concessão da prisão domiciliar, foi indeferido (e-STJ fls. 73-76).

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva da paciente carece de fundamentação idônea, uma vez que a paciente ostenta condições pessoais favoráveis e não se dedica a atividades criminosas, sendo que não se

encontram preenchidos os requisitos autorizadores da segregação preventiva previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Argumenta que não haveria contemporaneidade entre os fatos imputados à paciente e o decreto constritivo.

Pondera que a paciente é mãe de uma menor, nascida em 25/11/2019, a qual, ainda, amamenta, sendo totalmente dependente da paciente, razão por que faria jus à prisão domiciliar.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva da paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas, caso se entenda necessárias ou, subsidiariamente, a substituição da custódia por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Inicialmente, constata-se que a matéria relativa à possibilidade de concessão da prisão domiciliar à paciente não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

**HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO E PRISÃO DOMICILIAR POR SER MÃE DE MENORES. TESES NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. REITERAÇÃO DELITIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.**

*1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.*

***2. As alegações de excesso de prazo e de possibilidade de substituição da constrição por prisão domiciliar, haja vista ser mãe de 2 menores, não foram examinadas pelo Tribunal de origem, não podendo esta Corte de Justiça realizar uma análise direta, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.***

*(...)*

*6. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 633.428/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2021, DJe 26/04/2021) (grifou-se)*

No mais, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva da paciente, consoante se extrai da seguinte passagem (fls. 36/40):

[...]

Observa-se, pois, que a togada julgou ser necessária a decretação da prisão preventiva da paciente a partir da análise concreta de sua suposta incursão como integrante de complexa organização criminosa voltada à produção e comercialização de substâncias entorpecentes, em contexto em que se apura a existência de um laboratório para produção de drogas sintéticas no município de Camboriú, de caráter interestadual, cujos elementos informativos foram obtidos em aproximadamente 1 (um) ano de investigação, mediante várias diligências, entre elas ação controlada, compartilhamento de provas e interceptação telefônica e telemática dos terminais e e-mails vinculados aos investigados.

No que diz respeito à paciente Kauana, segundo notícia a decisão combatida, há indícios de que componha o terceiro escalão do núcleo criminoso, funcionando como "laranja" da organização, considerado que, a partir de primitiva operação policial havida no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, foram apreendidas embalagens utilizadas na remessa de drogas sintéticas desde Balneário Camboriú, tendo por remetente a ora paciente, inclusive com identificação de seu CPF.

Soma-se que, no avançar das investigações, com a extração de dados dos aparelhos celulares apreendidos em sua residência, foi possível identificar conversas suas com outro suposto integrante do grupo criminoso - Ronei - que confluíam à conclusão de que com ele apanharia encomendas de ecstasy para despachá-las para outros Estados da Federação, a partir da rodoviária local, além da extração de fotografias que foram enviadas a seu namorado de comprimidos de ecstasy, a denotar, em tese, seu suposto liame com o esquema criminoso.

E, de fato, conforme se infere das imagens e conversas extraídas a partir de aplicativo de mensagens do telefone celular de Kauana, retira-se que em 23/05/2019, às 11:22, faz ela contato com seu namorado informando que ia "lá fazer aquela mão pro Ronei", sendo que, às 12:15 diz "Já tô aki na rodoviária". No dia seguinte (24/05), a pedido de seu namorado, enviou fotos dos comprimidos de ecstasy que, ao que parece, teriam sido apanhados no dia anterior com o codenunciado Ronei e despachados.

Mais adiante, em 03/08/2019, às 16:07, comunica a seu companheiro que "Vou esperar só teu pai chega vou ali no Ronei pega as @" para, às 18:13, encaminhar a ele novas fotografias dos comprimidos de ecstasy que, aparentemente, houvera pego com Ronei.

Mais recentemente, em 08/04/2021, Kauana envia mensagem a Ronei Reich, indagando se não haveria outra remessa que pudesse realizar: "E ai ronei nenhuma mais daquelas mao"... "se precisar de envio"

(vide fls. 38/41 da denúncia constante no evento 39 da ação penal n. n. 5002597-28.2021.8.24.0113). Desse modo, depreende-se que o tempo decorrido entre os fatos e a decretação da preventiva foi justamente o necessário para a autoridade policial reunir elementos a justificar o pedido, o que incluiu a realização de diversas diligências, que culminou com a apreensão dos aparelhos celulares de Kauana, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão havido em sua residência em abril de 2021.

Daí que carece de pertinência o argumento da impetração acerca da ausência de contemporaneidade dos fatos justificadores dos riscos que se pretende com a prisão.

Afinal, na contramão do articulado, o decreto sancionatório não ancora-se, tão somente, nos fatos atribuídos à paciente havidos no ano de 2019. Ao revés, ainda no curso da investigação policial, dois dias após ter sido decretada a prisão temporária de parte dos investigados - inclusive do contato Ronei - e determinadas buscas e apreensões, fez Kauana contato com Ronei colocando-se à disposição para eventual novo envio/despacho de substâncias entorpecentes.

(...)

No mais, tenho que também a fundamentação para a segregação provisória com base na necessidade da garantia da ordem pública e aplicação da lei penal se houve mediante fundamentação concreta.

Afinal, diante da gravidade e complexidade dos fatos apurados, cujo cumprimento dos mandados de busca e apreensão culminou na apreensão de considerado volume de drogas e dinheiro (em espécie, diga-se) - aproximadamente R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), 80.000 (oitenta mil) comprimidos de ecstasy, 10.700 (dez mil e setecentos) micropontos de LSD - razoável concluir que o estado de liberdade da paciente possa redundar em fuga, a exemplo de outros acusados.

(...)

A propósito, no tocante ao pleito de concessão de prisão domiciliar, ao argumento de que a paciente é mãe de criança de tenra idade - 1 ano e 6 meses - que depende totalmente de seus cuidados, estando, inclusive, amamentando, tenho que não deve ser conhecido. Isso porque, neste ponto, impossível a apreciação, sob pena de supressão de instância, haja vista a ausência de notícias de que o tema tenha sido objeto de análise pelo Juízo a quo.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência